

SBH
Cp 299 ex03
(1/13)



CONHECER - GENIOS DA PINTURA - MEDICINA E SAUDE - MAOS DE OURO - BOM APETITE - GRANDES COMPOSITORES DA MUSICA UNIVERSAL

São Paulo, 27 de maio de 1969

Exmo. Sr. Prof. Dr.
Sérgio Buarque de Holanda
Rua Buri 35
São Paulo - SP

Caro Professor Sérgio Buarque de Holanda:

Na qualidade de colaboradores de Grandes Personagens da Nossa História acompanhamos de perto a questão surgida com as críticas destrutivas feitas pelo Professor Hélio Viana ao primeiro fascículo da coleção. Evidentemente, ficamos radiantes com a resposta cabal que o Senhor elaborou. Não tínhamos nenhuma dúvida de que as objeções detalhistas do Prof. Hélio Viana foram feitas em má fé; tínhamos certeza que o Senhor saberia responder convenientemente.

O episódio não teria maior importância se houvesse acontecido em épocas normais. Nos dias que correm, entretanto, os melhores valores da nossa intelectualidade estão sendo afastados por razões espúrias enquanto mestres como o Senhor são obrigados pela dignidade a aposentar-se, oferecendo solidariedade aos atingidos. Acabarão restando os médiocres, os manietados e os indecisos. As críticas do Prof. Hélio Viana bem representam o que sobrou das nossas universidades: é a História do Vasconcelos com Dom, do número de anjos que cabe na ponta de uma agulha. A sua resposta, não apenas no seu conteúdo, mas também pela forma em que foi dada, é o que estamos perdendo.

É por isso que lhe escrevemos. Para dizer que somos muitos a deplorar o seu afastamento da Universidade, e que seu gesto repercutiu também entre nós que dela já nos afastamos. Para dizer, professor, que a convivência com a sua cultura, dignidade humana e simpatia nos estimula e motiva.

Atenciosamente,

Pedro Paulo Zappavigna
Shirabell Di Tropani
Carmen Julia Rigotto
Pedro Paes
Renata Lucia Zottini
Michael Hillner
Vera L. Smalacola
Uma Galia

5811
cp 299 dos
(c. anexo)
2/13



São Paulo, 21 de maio de 1969

Exmo. Sr. Professor
Dr. Hélio Vianna
Rua Alexandre Ferreira 125
Rio de Janeiro - RJ

Prezado Professor Hélio Vianna:

Recebemos do Sr. Odylo Costa, filho, cópia da carta que V.Sa. a ele dirigiu, expressando preocupação com a versão final do fascículo que faremos em base às pesquisas elaboradas por V.Sa. e arrolando uma série de críticas a respeito do texto sobre Tiradentes.

Antes de mais nada desejamos agradecer sinceramente pelo seu interesse e pela colaboração que nos prestou com a sua minuciosa relação de objeções e dúvidas. Como é do seu conhecimento, os nossos textos finais - antes de serem publicados - são lidos e aprovados pelo nosso Conselho Consultivo, integrado pelos Srs. Odylo Costa, filho, Pompeu de Souza e Hernani Donato, para receberem depois aprovação final do Professor Sérgio Buarque de Holanda, da Universidade de São Paulo. A lista das objeções feitas por V.Sa. foi enviada ao Professor Sérgio Buarque de Holanda que, no anexo, esclarece as suas dúvidas.

No que tange à sua preocupação com o nosso texto sobre Os Heróis de Pernambuco e A Expulsão dos Holandeses do Brasil, gostaríamos de assegurar a V.Sa. que todos os cuidados serão tomados para evitar enganos. Nosso ritmo de trabalho não permite que enviemos textos finais para a aprovação dos autores das pesquisas que lhes serviram de subsídio. Entretanto, o alto nível dos historiadores que elaboraram o material básico, a responsabilidade editorial do nosso Conselho Consultivo e a indiscutível autoridade do Professor Sérgio Buarque de Holanda, a nosso vêr, asseguram amplamente a correção dos nossos textos.

V.Sa. expressa dúvidas também a respeito do anonimato dos nossos colaboradores. Devido ao fato de que os fascículos posteriormente serão

-segue-

Agradeço os comentários e as preciosas correções que o Professor Hélio Viana se dignou fazer ao fascículo sobre o Tiradentes.

Alguns dos erros apontados são realmente feios pecados de que me penitencio em nome do redator do fascículo, como o "Malheiros" em vez de Malheiro; Luís de Vasconcelos com "Dom"; Rodrigo de Menezes sem "Dom"; Rodrigo M. L. de Andrade; Washt Rodrigues; as datas das derramas. Neste último caso o erro foi parcial apenas, como se verá adiante, e foi certamente por um lapso que o distinto professor Viana escreveu "as datas" das derramas ao invés de "uma das datas...". Em dois outros exemplos tratam-se de erros da revisão, o que, aliás, não serve para remissão do nosso crime. Em outros casos e sem querer desabonar o judicioso sêlo com que se houve aquêlê historiador, continuam a persistir em mim algumas dúvidas, nascidas talvez da ignorância, mas que, não obstante, passo a expor:

(1) O lugar exato do nascimento de Tiradentes, que Joaquim Norberto, o primeiro historiador a ocupar-se mais prolixamente da Inconfidência, situou em S. José d'El Rei, foi de fato contestado por outros, a começar, se não me engano, por Xavier da Veiga. É certo porém que o autor das Efemérides Mineiras alega, em favor de São José, nada menos do que o inventário dos bens de Dona Antonia da Encarnação Xavier, mãe do Tiradentes, e onde se lê: "nesta paragem chamada Sitio do Pombal no Rio Abaixo, termo da Vila de S. José...". Como êsse documento traz a data de 1756, por conseguinte de quando Joaquim José ainda tinha pouco mais de nove anos de idade, e ao que parece ninguém corrigiu essa localização do Sítio do Pombal, acho pertinente supor que o mesmo, àquela época pertenceria ao termo de S. José. Os dois textos que levaram Xavier da Veiga a inclinar-se para São João,



encadernados em volumes sem as respectivas capas, resolvemos incluir a lista de todos os colaboradores numa página à parte, que será fornecida ao público juntamente com as capas duras para a encadernação. Preferimos seguir esta política, também, porque a inclusão dos créditos no próprio fascículo impediria por parte de colaboradores que assim o desejassem, negar-nos autorização para a menção de seus nomes na nossa obra. O procedimento que resolvemos adotar permitirá a V.Sa. ler o nosso trabalho antes de autorizar-nos a incluir o seu nome entre os nossos colaboradores. Nesse sentido já havíamos escrito a V.Sa.

Creia, Professor, que estamos fazendo um grande esforço para transmitir informações exatas num estilo ameno e acessível, o que muitas vezes nos força a simplificar e desrespeitar detalhes. Se conseguirmos aumentar o interesse popular pelo estudo da nossa História, consideraremos atingida a nossa meta fundamental. Não temos a pretensão de estarmos fazendo mais que uma boa obra de divulgação.

Recebemos críticas cômicas de que elas são importantes para melhorar o nosso trabalho. O fato de terem sido suas as primeiras que nos chegaram às mãos, muito nos honra e desvanece.

Atenciosamente,

Pedro Paulo Poppovic
Diretor da Divisão Fascículos

PPP:mj.

c.c. Srs. Luis Carta, Odyle Costa, filho, Hernani Donato, Pompeu de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda e Sra. Elizabeth di Cropani.

são de data bem posterior, e um delas, originário do arquivo eclesiástico de Mariana, longe de dissipar as dúvidas, só serve para aumentá-las. Nele se diz de dois irmãos do Tiradentes que foram batizados "na Capella de Santa Rita de N. S. do Pilar da Villa de São João d'El Rei", mas o que podia ser verdadeiro para Domingos e Antonio (que são os irmãos) não o era necessariamente para Joaquim. No mesmo documento ainda se diz que todos eram netos, do lado de mãe, de Domingos Xavier Prz^e (sic), morador na freguesia da Vila de S. José. Não seriam essas razões bastantes para não se aceitar, sem hesitação, a correção proposta?

(2) O erro nas datas das derramas é parcial, como foi dito acima. Na Cronologia está o ano de 1762, e a primeira derrama começou exatamente em 1762, no dia 1^a de agosto (prolongando-se pelo ano imediato). A segunda principiou, não em 1768, mas em 1769, e estamos hoje na ocasião de festejar o seu bi-centenário.

(3) Quando se diz que a primeira derrama se lançou sobre Vila Rica (e assim se diz porque as cenas se desenrolam sobretudo em Vila Rica,) não se segue obrigatoriamente que as outras vilas se achassem excluídas.

(4) "Tiradentes não se alistou propriamente na 6^a Companhia de Dragões". "Dizer que Tiradentes se alistou na 6^a Companhia de Dragões não parece exato e é mais preciso dizer que se alistou no Regimento respectivo".

A criação daquele Regimento, que se dá igualmente em 75 não suprime

as Companhias. Tiradentes ingressou, de fato, na 6ª Companhia de Dragões em fins de 1775 e do comando da mesma foi investido em igual data o capitão Baltazar João Mairinque. Na fôlha de pagamento do Regimento correspondente ao primeiro trimestre de 1775, passaram recibo na 6ª Companhia o capitão Mairinque e o alferes Silva Xavier. Dizer que este ingressou na 6ª Companhia de Dragões é o mesmo que dizer que ingressou na 6ª Companhia de Regimento de Dragões da Capitania de Minas Gerais. Suponho que isto está bem claro, mesmo para mau entendedor.

(6) "José Joaquim da Maia, não "de" Maia".

Ora, na documentação encontro as duas formas, e precisamente no depoimento de Domingos Vidal Barbosa, que fôra condiscípulo do estudante Maia em Montpellier, aparece (volume 1º, pg. 169, dos Autos da Devassa) a forma José Joaquim de Maya.

(7) "Dever-se-ia dizer "conjurados", não "inconfidentes" se os julga mos traidores à Rainha".

Do ponto de vista dos "realistas" eles eram realmente traidores à Rainha, e justamente por isso foram condenados. Não vejo porque renunci ar a dizer hoje "Inconfidência" e "inconfidentes" a propósito da conjura, pois o que era labéu para seus contrários deveria ser troféu para os conspiradores. Pensar diversamente é o mesmo que pretender dizer dos "farrapos" que assim não devem ser chamados. No entanto, sabemos que os homens da república de Piratini se vangloriavam do epíteto com que outros pretenderam injuriá-los.

(X) A forma consignada nos depoimentos é efetivamente "tal dia é o batizado". Entretanto observa-se, de início, que os fatos "pode

-4-

riam ter começado assim...". À véspera do projetado levante é claro que os inconfidentes só poderiam dizer "amanhã é o batizado". A forma "tal dia" era evidentemente provisória, até que se marcasse o dia. Mas seria preciso explicar essas coisas?

(11) Talvez seja impróprio dizer que o Governador assinara o decreto.

Contudo a expressão "bando", mais exata aqui do que decreto não seria facilmente entendida por grande parte do público a que se destina a coleção. Preferiu-se a outra que, menos própria, embora, não altera o sentido e seria bem compreendida.

(13) Em texto destinado a público mais especializado seria dito "suspendeu a execução do bando" ou "suspendeu o bando". Ver (11).

(14) O episódio do Capão da Traição é negado com o fundamento, por exemplo, de que Bento do Amaral Coutinho, culpado da matança, não a confessou em suas cartas. Quem o nega, se não se engano, é um autor chamado Isaias Golgher, que no seu livro acrescenta, como descobertos por ele, documentos bem conhecidos e publicados, suprimindo outros que poderiam contrariar seu ponto de vista. Todavia, autores contemporâneos da "guerra", mesmo os menos afeitos aos paulistas, como é o caso de Rocha Pita, confirmam e criticam a chacina. Note-se que esse historiador deve ter conhecido Manuel Nunes Viana, visto que o chefe emboaba foi antes de 1730 para a cidade do Salvador, levando alguns dos filhos bastardos que houvera em Minas de mulheres oriundas. Ambos, o historiador e o ditador morreram na Bahia, por sinal no mesmo ano de 1738. Outro texto contemporâneo da guerra, e que também se acha publicado, está no Códice Costa Matoso, que pertenceu a Felix Pacheco e é hoje da Biblioteca Municipal de S. Paulo, nele também se

descreve pormenorizadamente o episódio do Capão da Traição. E há outros muitos no mesmo sentido que seria ocioso enumerar aqui.

(17) "A Guerra dos Emboabas não chegou a durar três anos".

Em verdade, começou em 1708, segundo os compêndios, e não se sabe exatamente quando acabou. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho que em meados de 1709 fôra nomeado, só em 7 de agosto de 1711 pôde comunicar a S. M. as providências que tomara para apaziguar a capitania. Mesmo dizer-se como nos compêndios que começou a guerra em 1708 é muito vago. Antonil, que aparentemente nunca fôra as Minas e que recebeu de terceiros - em geral com atraso de muitos anos - as notícias que oferece sobre elas, publicou em 1711 que havia ali um "fortim com trincheiras e fosso, que fizeram os emboabas no primeiro levantamento". E André Mansuy, o mais recente e meticoloso comentar de jesuita toscano, coloca entre parênteses, nesse passo, a data de 1707. Quer referir-se, aparentemente, ao ocorrido a 27 de junho desse ano, quando dois paulistas foram trucidados no Arraial Novo por um bando de emboabas, e que constituem, ao que se saiba, as primeiras escaramuças da luta. Ao que se sabe, porque não se sabe com absoluta certeza. E nesse caso é audacioso afirmar que a guerra dos emboabas "não chegou" a durar três anos, pois poderia ter durado bem mais do que isso. Ao dizer "três anos" usamos números redondos, e nos parece legítimo esse recurso. Quando se fala em guerra dos 100, dos 30, dos 7 anos, ninguém exige que se precise exatamente o número de anos, meses, dias etc.

(18) Repetição. Ver (1).

(20) "Tráfego ou tráfico?".

Confesso que não entendi a dúvida, pois as duas palavras podem ter o mesmo significado de "comércio, trato mercantil...". Não obstante fui conferir o original e lá se acha mesmo "tráfego" como no texto. O Professor Hélio Viana certamente conhece aquela sinonímia, bem sabida de qualquer estudante novato, e não precisará ir verificá-la no Aulste, por exemplo.

(21) "É negada a colaboração de Cláudio..." nas Cartas Chilenas. Se é negada, essa colaboração é também afirmada, e há até quem admita ter sido Cláudio o único autor (Varnhagen, Caio de Melo Franco, Ronald de Carvalho). E entre os que favorecem Gonzaga, perdão, Tomás Antonio Gonzaga (em tempo: também me esqueci de escrever Francisco Adolfo a propósito de Varnhagen, pois não era este seu nome completo. E também me esqueci de juntar Visconde do Porto Seguro ou mais exatamente de Porto Seguro, aliás Visconde com grandeza), mesmo entre os que favorecem Gonzaga há os que admitem aquela colaboração, e há os que atribuem a Cláudio pelo menos a Epístola inicial. Rodolfo Garcia, ao comentar essa teoria parece plenamente endossá-la quando escreve: "A Cláudio Manuel da Costa fica, na conclusão de Arinos, a autoria da Epístola (...) e que não pode ser objeto de discussão". Note-se que o crime de não escrever o nome todo de Arinos é do saudoso Rodolfo Garcia, não é nosso.

(24) "As minas não eram propriedade particular dos soberanos".

No entanto, na célebre Instrução para o governo de Minas Gerais que o Desembargador José João Teixeira Coelho escreveu em 1780 está

textualmente: "O quinto he um Direito Senhorial devido a Sua Magesta
de como fructo das terras de que a mesma Senhora tem o dominio para
dellas usar como bem lhe parecer." Isto vem aliás das Ordenações,
Liv, II, tit. XXV, § 16. No mesmo título, § 7 está que "Direito Real
he poder o Principe tomar os carros, bestas e navios de seus suditos
naturais, cada vez que cumprir a seu serviço". É apenas um exemplo.
Seria longo deter-me aqui no carater do poder patrimonial, onde se
seham frequentemente confundidas as esferas do público e do particu-
lar. Para simplificar, lembrarei que Antonil, no capítulo IX da par-
te 3ª de seu tratado, depois de recorrer a teólogos e juristas, con-
clui que os quintos de ouro tirado das minas do Brasil se devem em
consciência ao rei, e que a lei feita para assegurar sua cobrança é
"dispositiva e moral". Como prova cita Suarez, onde ôsse deutor dis-
sera que "as imposições e pensões que se pagam aos reis e principes,
são tributos reais e naturalmente fundados na justiça porque se co-
bram de coisas próprias dos ditos principes..." É como quem disses-
se, em linguagem mais potável, que se cobram de propriedades particu-
lares dos reis e principes. Assim sendo, o rei (ou a rainha) não po-
dendo explorar directamente as minas, que são suas, e das quais é "se-
nhor legítimo" como está em Antonil, consentem em sua infinita magna-
nidade, que súditos seus naturais as explorem, pagando apenas a S.
M. o quinto desses metais.

(27) Jefferson realmente não era embaixador, no sentido hoje mais
corrente dessa palavra. A rigor é inexata no sentido de chefe
de missão diplomática, porque só em 1893 os Estados Unidos vão trans-
formar em "embaixadas" as suas missões diplomáticas em alguns países
(Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália). Contudo, no sentido mais

amplo, a palavra é empregada, neste caso com e minúsculo, como está no nosso texto, até por autores norte-americanos. Aliás não faltam exemplos do emprego, indiferentemente, das palavras "ministro" e "embaixador" para significar a mesma coisa, mesmo entre nós. Até nos Autos da Devassa vemos aparecer, mais de uma vez na mesma página, a propósito de Jefferson, ora "Ministro", ora "Embaixador" (e Embaixador aqui com maiúscula - vol. 2º pgs. 84 e 87). O redator do texto impresso na coleção quis, aparentemente, evitar uma palavra (ministro) que para alguns leitores do fascículo se prestaria a confusões.

(30) "Paula Freire não deveria ser a abreviatura do nome de Francisco de Paula Freire de Andrada. Idem em páginas seguintes". No entanto, percorrendo meio ao acaso os Autos da Devassa encontro o nome do tenente-coronel, sem o Andrada, no vol. I, pg. 59. Idem no vol. III, pg. 394. Idem à pág. 372 do mesmo volume III. Idem, página 372 do vol. VI. Idem no mesmo volume VI, pg. 400. Idem, Idem, etc.

(34) "Todos eram cabeças", acha-se entre aspas indicando citação, que o eminente professor Viana julga absurda. Mas, a frase está no depoimento de Tiradentes (IV, pg. 51) e é atribuída a Alvarenga Peixoto: "serão todos cabeças e um corpo unido".

(36) Não achei na página 228 a afirmação contestada pelo distinto professor, de que os inconfidentes negavam "fidelidade à Corôa". Mas isso está perfeitamente implícito no fato de se rebelarem contra a Corôa.

(38) Dis o professor que "não passam de hipóteses os apoios menciona

dos". Trata-se, aparentemente, de apelo das vilas vizinhas. O redator não propõe hipóteses. Redisse o que está nos Autos.

(39) "Não há provas quanto à idéia de proclamação da República".

Convidaria o Sr. Hélio Viana a reler todos os Autos da Devassa, em particular a denúncia de Basílio de Brito Malheiro do Lago. Releia também o depoimento de Capitão Vicente Vieira da Mota à pg. 108 do primeiro volume. E a página 171 do mesmo volume, onde, do depoimento de Domingos Vidal Barbosa, consta que tinham os conjurados assentado "que o Alferes Joaquim José fosse à Cachoeira e matasse o Excelentíssimo Senhor General; e que trazendo a cabeça a havia de mostrar ao Povo subindo a um lugar muito alto e dizendo: este era quem nos governava; de hoje em diante Viva a República". Ver ainda os depoimentos de Tiradentes: vol. IV, pgs. 48, 53, 63, 64, 65, 71 e 83. Não tive a paciência de repetir as inúmeras outras vezes em que se indica mal ou bem a idéia de proclamação da República negada pelo professor. Se quiséssemos provas ainda mais substanciais acabariamos negando que houve a própria Inconfidência ou, como queiram, a Conjuração Mineira.

(41) "Barbacena não podia decretar a derrama". Ler nº 11 supra.

(42) "Silvário não era comandante de tropa". Silvário era coronel de um Regimento de Cavalaria Auxiliar. Os auxiliares eram tropa: dizia-se de ordinário "tropa de auxiliares". As outras eram tropas pagas. Silvário era, pois, comandante de tropa.

(45) "A arma que Tiradentes tem não é bacanarte". Ver, no entanto,

Autos, vol. 6º, pgs. 393 e seg. | "Este Reo foi o primeiro que se prendeu e foi preso nesta Cidade já quando andava refugiado; foi achado com bacamarte carregado".

(48) "A hipótese do assassinato de Cláudio não tem fundamento sério. O texto não afirma o assassinio, diz apenas que Cláudio "suicidou-se ou foi morto". Esta última teoria pertence notoriamente à tradição oral que ninguém pode simplesmente repelir, só porque não gosta dela. A propósito, sabe-se que foram rezadas em Vila Rica missas por alma de Cláudio e não se ignora como a Igreja era rigorosa quanto à não realização de tal cerimônia em casos de suicídio notório.

(49) "Os réus padres não receberam a sentença que foi mantida em segredo". Receberam-na como os outros, e na mesma data; apenas a notícia é que foi mantida em segredo.

(50) "Domingos Vidal de Barbosa, não Vidal Barbosa. Idem à página 235". Pode-se ler, no entanto, a forma "Domingos Vidal Barbosa" em inúmeras páginas dos Autos, juntamente com a outra. Ver volume primeiro, pg. 300. Idem vol. II, pgs. 51, 82, 84, 93. Também vol. VI, pg. 348. E não faltam muitíssimos outros exemplos semelhantes. Em um caso cheguei a encontrar até a forma Domingos de Vidal Barbosa.